PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação

Assunto: Audição do Senhor Ministro do Ambiente sobre o processo de demolições nas ilhas-barreira da Ria Formosa

O anterior Governo PSD/CDS iniciou um processo de demolição de habitações nas ilhas-barreira da Ria Formosa, visando expulsar as comunidades locais para entregar este valioso património natural aos grandes interesses privados para que estes os explorem em seu benefício.

A corajosa luta das populações – que contou sempre com o apoio do PCP – travou este processo.

O Grupo Parlamentar do PCP recebeu, entretanto, a informação de que o atual Governo estaria a planear retomar as demolições de habitações nas ilhas-barreira da Ria Formosa, pelo que ontem, dia 27 de setembro, questionou o Ministro do Ambiente, numa audição da Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, sobre esta matéria, aproveitando para reafirmar os compromissos do PCP com as populações: reconhecimento do valor social, económico e cultural dos núcleos urbanos do sistema das ilhas-barreira da Ria Formosa; abandono definitivo da intenção de proceder à demolição das habitações dessas ilhas-barreira; requalificação de todos os núcleos urbanos das ilhas-barreira; assim como requalificação do sistema lagunar da Ria Formosa e apoio às atividades económicas que aí se desenvolvem.

Em resposta à pergunta do Grupo Parlamentar do PCP, sobre a intenção do Governo em retomar as demolições, o Ministro do Ambiente afirmou: "*Não tenho nenhuma resposta acabada para lhe dar, com a certeza que não passarão 15 dias até que a tenha* [...]. *Estamos a trabalhar, sim, na requalificação dos aglomerados, que em bom rigor é essencialmente um, que é o da Culatra* [...]. *No que diz respeito aos outros, estamos a avaliar o risco, não temos nenhuma sanha demolidora, não temos nada contra ninguém, estamos a avaliar os processos caso a caso* [...].

No mesmo dia 27 de setembro, decorreu no Algarve uma reunião do Conselho de Administração da Sociedade Ria Formosa Polis Litoral, onde se decidiu proceder à tomada de posse administrativa de habitações das ilhas-barreira da Ria Formosa para, seguidamente, se proceder à execução coerciva da demolição dessas habitações. Os proprietários começaram já hoje a receber as notificações sobre a tomada de posse administrativa das suas habitações.

Ou seja, ao mesmo tempo que o Ministro de Ambiente afirmava na Assembleia da República que nada estava decidido sobre as demolições, a Sociedade Ria Formosa Polis Litoral, à revelia da tutela, avançava com essas demolições.

Perante a gravidade da situação, o Grupo Parlamentar do PCP vem requerer, com caráter de máxima urgência, a audição do Ministro do Ambiente na Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação.

Palácio de São Bento, 28 de setembro de 2016

Os Deputados,

Ana Virgínia Pereira

Paulo Sá

Paula Santos

N/ Ref.ª n.º 49086-15 INPAGPPCP/XIII-2.ª